

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23541	30166/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

**ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga

**CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.22.25.DMOSM**

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.**

**Contratação:** Empreitada de “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO”.

<b>Vocabulário CPV:</b> 45453000-7 - Obras de revisão e recuperação	<b>Prazo máximo de execução:</b> 540 dias	<b>Preço Base:</b> €4.794.985,92
--	--	-------------------------------------

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.



Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Plataforma eletrónica:** <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

## 1 – Proposta de aprovação:

De acordo com a informação técnica constante na proposta de resolução com o Código Validação: 4MRGQQAAC2SMN7FLEC4KXYGGJ, trata-se de uma empreitada, cuja operação “**Requalificação e ampliação da Escola Básica do Bairro Económico**”, encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030-FEDER-02257900 em 06/03/20025, no OP2 – Norte.

Aviso n.º **02\_C03-i02\_2021**

Financiamento aprovado:

Nº Projeto	Designação	Submetido		Aprovado	
NORTE2030-FEDER-02273200	Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico	Investimento Total	4 400 041,42 €	Investimento Total	4 400 041,42 €
		Investimento Elegível Comparticipado	3 180 000,00 €	Investimento Elegível	4 400 041,42 €
		Investimento Elegível Não Comparticipado	1 220 041,42 €		
		Investimento Não Elegível	- €	Investimento Não Elegível	- €
		Fundo (61,43%)	2 703 000,00 €	Fundo (61,43%)	2 703 000,00 €

## 1. ENQUADRAMENTO

A presente proposta integra uma estratégia alargada do Município de Braga em requalificar, e se necessário, ampliar os principais equipamentos escolares, adequando-os às novas exigências regulamentares, dotando-os das necessárias condições de utilização, acessibilidade, segurança e conforto térmico.

O acesso a infraestruturas educativas de qualidade e acessíveis devem constituir-se como o elemento fundamental para a igualdade de oportunidades na aprendizagem e conhecimento, no desenvolvimento pessoal e profissional. Os investimentos em infraestruturas e equipamentos educativos são baseados na análise e priorização de necessidades, tendo em consideração as disparidades territoriais e as dinâmicas de alteração demográfica e com base no instrumento de planeamento existentes. A requalificação desta EB visa dar resposta aos pressupostos do programa base previamente definido, procedendo a requalificação do edifício escolar existente, ampliando-o e adaptando-o, formalmente, as condicionantes e configuração do terreno disponível, garantindo uma acomodação dos espaços necessários para o seu funcionamento,



favorecendo uma relação direta entre o existente requalificado, a ampliação e o recreio, formando assim no seu todo, um conjunto funcional e coerente, tendo como premissas principais: a segurança, a funcionalidade e o conforto dos utilizadores.

### **1.1. Estado atual:**

O presente anteprojeto de arquitetura refere-se à requalificação e ampliação da escola Básica Bairro Económico, freguesia São Vítor.

A área total de terreno da escola é de aproximadamente 3 729m<sup>2</sup>, encontra-se ladeado por habitações unifamiliares, possui dois acessos, sendo o acesso carral através da Rua Dr. Francisco Machado Owen e o acesso pedonal na Rua do Rosmaninho. Trata-se de uma escola com boa exposição solar.

Esta escola foi construída no ano de 1942, que destinava às crianças dos filhos dos moradores do Bairro das casas económicas, sofrendo pequenas alterações, ao longo dos anos, de acordo com as necessidades que iam surgindo.

O projeto para a requalificação e ampliação da escola Básica Bairro Económico, freguesia de São Vítor, concelho de Braga, visa dotar este equipamento escolar dos espaços necessários e definidos no programa, nomeadamente, um Jardim-de-Infância, prevendo-se o encerramento do J.I. Bracara Augusta.

Assim, esta escola necessita de uma intervenção na sua globalidade, tanto ao nível de ampliação como de requalificação, visando melhorar a segurança, a funcionalidade e o conforto do edifício, nomeadamente, a temperatura, a luminosidade, o conforto acústico, entre outros, como refere o Despacho Conjunto 268/97 de 25 de agosto e critérios estabelecidos para a “Construção/Ampliação/Requalificação de escolas na perspetiva de Centro Escolar.

Proceder-se-á à requalificação do edifício numa clara intenção de criar núcleos funcionais distintos numa hierarquia funcional que se pretende que seja coerente, ancoradas nas comunicações horizontais sem nunca se perder a homogeneidade do conjunto.

A estrutura da Escola Básica do Bairro Económico apresenta algumas carências que colocam em causa o normal funcionamento da mesma, nomeadamente problemas acústicos nas zonas de circulação e salas de aula, instalações inadequadas para as crianças, ausência de espaços relevantes ao bom funcionamento da escola, pavimentos bastante danificados, inexistência de um recreio coberto, inexistência de um local para os pais aguardarem pelas crianças, parque infantil bastante degradado e inexistência de sombreamento na fachada nascente que prejudica o bom funcionamento das aulas.

### **1.2. Proposta de intervenção:**

A Escola Básica do Bairro Económico integra o Agrupamento de Escolas D. Maria II, e situa-se na freguesia de São Vítor, do Município de Braga. Atualmente é uma estrutura de ensino de 1º ciclo, que com a execução deste projeto passará a dispor também do ensino



básico, com uma capacidade máxima total para 179 crianças e uma área total de 3.729m<sup>2</sup>. Contará com duas 3 salas destinadas ao pré-escolar com uma capacidade máxima para 75 crianças e 4 salas destinadas ao 1º ciclo do Ensino Básico com uma capacidade máxima para 104 crianças. Esta escola, construída no ano de 1942, foi sofrendo pequenas alterações, ao longo dos anos, de acordo com as necessidades que iam surgindo. O projeto para a requalificação e ampliação da escola Básica Bairro Económico, freguesia de São Vítor, concelho de Braga, visa dotar este equipamento escolar dos espaços necessários e definidos no programa, nomeadamente, um Jardim-de-Infância, prevendo-se o encerramento do J.I. Bracara Augusta.

Em resultado do crescimento demográfico verificado no Município de Braga e particularmente na freguesia de São Victor, que nos censos de 2021 registou um acréscimo de 10,9% da população residente, atingindo em 2021 os 32876 habitantes, anseia-se pela requalificação das instalações do estabelecimento. A EB do Bairro económico apresenta problemas estruturais nos equipamentos e irá integrar o JI de Bracara Augusta, outro equipamento do mesmo agrupamento escolar, que funciona em instalações adaptadas e por isso, com necessidade de melhor adequação ao público a que se destina. Para colmatar os aspetos anteriormente identificados existe a necessidade de requalificação das infraestruturas. Assim, foi definido que a intervenção a executar deve ser global, tanto ao nível de ampliação como de requalificação, visando melhorar a segurança, a funcionalidade e o conforto do edifício, nomeadamente, a temperatura, a luminosidade, o conforto acústico, entre outros.

Pretende-se dotar o espaço com a máxima qualidade espacial e funcional. Por forma a habilitar as instalações em conformidade com a regulamentação e com a procura e necessidades comprovadas, foi executado um projeto de requalificação e ampliação da Escola Básica do Bairro Económico, dotando-se o espaço com a máxima qualidade espacial e funcional, tornando-o acessível, amplo e capaz de responder às necessidades das crianças. Atualmente a Escola Básica do Bairro Económico encontra-se a usar os dois espaços de recreio coberto (entretanto adaptados) para outros fins, um para sala de aula e outro para biblioteca, pelo que o espaço de recreio coberto atual se trata de uma solução provisória criada na parte de trás do edifício, e que necessita de adaptação. Para o efeito será criado um espaço amplo com cobertura, e em plena ligação com o recreio exterior (não coberto), sem interferências na amplitude de espaço, e sem barreiras arquitetónicas, fator muito importante para as crianças poderem brincar livremente e em segurança e minimizando as barreiras. O recreio coberto ficará no prolongamento do polivalente, no piso R/C. No desenho da criação do recreio coberto procurou-se não gerar divisão dos espaços, mas antes, conjugar este espaço coberto com o restante espaço de lazer, de modo que todo o espaço se adaptasse a novas funções de flexibilidade e reversibilidade, para usufruto das crianças e sem o condicionamento direto das condições meteorológicas desfavoráveis. O recreio coberto, também fará com que este seja um espaço mutável, permitindo a realização das mais variadas atividades, entre as quais a realização de festas e de atividades físicas, entre outras. Constatase que a escola tem um núcleo de apoio a crianças surdas ou com deficiência auditiva. Estas têm aulas em turmas de surdos com educadores especializados (em língua gestual, terapia da fala, psicólogos, etc.) sendo que



as crianças frequentam, paralelamente, o ensino regular. Dada a falta de espaços relevantes para este núcleo, uma vez que os existentes não se encontram dimensionados de acordo com os requisitos mínimos e carecem também, das necessárias adaptações acústicas, pretende-se a criação de quatro salas de pequenos grupos destinadas às referidas aulas. Atualmente, ainda que existam dois acessos ao recinto escolar a entrada é feita somente pelo bairro (Rua do Rosmaninho). Sendo que, tendo em conta a exiguidade deste arruamento, existe falta de estacionamento, problemas graves ao nível da mobilidade, falta de zonas de abrigo, etc., pelo que é imperativo criar, condições mínimas que salvaguardem a proteção à entrada/saída das crianças do recinto escolar. Com a intervenção na parte de trás do edifício escolar pretende-se também resolver esta questão de acessibilidade à escola, criando aqui os acessos principais carral e pedonal, a partir da Rua Francisco Machado Owen. A requalificação inclui ainda, a criação do refeitório; a criação da copa contemplando duas zonas distintas, copa limpa e copa suja; a criação de uma sala de reuniões e um gabinete de atendimento, uma sala do pessoal, uma sala de direção, criação de quatro salas de estudo individualizado; instalações sanitárias para o 1º ciclo, para o Jardim de Infância, para adultos e fraldário. A operação a candidatar está enquadrada no Plano de Ação do ITI CIM do Cávado, integrando o respetivo Quadro Prioritário de Investimento (QIP).

### 1.3. Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- AGERE EM;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE);
- Autoridade Regional de Saúde Norte (ARS-Norte);
- Instituto de Gestão Financeira da Educação IP.

## 2. PROPOSTA

Propõe-se abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO”** com valor base **4.794.985,92€ + IVA**.

Prazo de execução: **540 dias**

Repartição de encargos a considerar:

- Ano de 2025 – **982.880,54€ + IVA**
- Ano de 2026 – **2.293.387,92€ + IVA**

### 2.1. Dispensa de cumprimentos de exigências legais consideradas



### 2.1.1. **Fundamentação para a não adjudicação por lotes**

Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinadamente esta opção.

### 2.1.2. **Fundamentação do preço base**

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado e às condições técnicas implícitas à execução de cada tarefa.

### 2.1.3. **Dispensa de revisão de projeto**

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima da 3.ª categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a € 400 000,00.

Conscientes deste facto, no entanto,





O Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, conseqüentemente de perda de financiamento, **total ou parcial**, com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.

O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de metas de execução parcial em garantir, até 30 de setembro 2025 e 2026, uma faturação mínima que garanta, respetivamente, 30% e 70% do total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente - estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de 45 dias e um prazo estimado de contratualização e execução da revisão de projeto em 3 a 4 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e conseqüentemente a perda de financiamento nos termos referidos no paragrafo anterior.

Pese embora o recurso á dispensa prevista no DL 108/2024, tratando-se de um projeto desenvolvido externamente com exceção do projeto de arquitetura em fase de estúdio prévio, o município procedeu a uma cuidadosa revisão de todos os elementos que o compõe, este processo de revisão está perfeitamente documentado na pasta incluída no processo para o efeito desta demonstração <D\_outros-elementos\revisão de projeto>.

## 2.2. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.



Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

- a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.
- b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	

- c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.
- d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.
- e) A valorização do **fator preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um centímo);
- f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 10(dez) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 10 (dez) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.
- g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator preço} = \left( 1 - \frac{\text{preço proposto} - 0,01\text{€}}{\text{preço base} - 0,01\text{€}} \right) \times 10$$

- h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (540 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 450 dias de calendário.
- i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (540 dias) e 1(um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo (450).





j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$\text{Fator prazo} = 1 - \frac{\text{Prazo proposto} - \text{prazo mínimo}}{\text{prazo máximo} - \text{prazo mínimo}}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática.

$$\text{Avaliação} = \text{Fator preço} \times 0,7 + \text{fator prazo} \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito, ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;

Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmo termos previstos nas alíneas anteriores, embora com avaliação de sinal negativo, ou seja, ordenar-se-á as propostas de acordo com o critério de adjudicação (decrescente de mérito).

### 2.3. Pressupostos da adjudicação

2.3.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que** - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de excecionalidade e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

2.3.2. Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, deverá ser prevista a possibilidade do contraente público efetuar **adiantamentos de preço** por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo.

Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030, nomeadamente associada á perda parcial de financiamento, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de excecionalidade previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

### 2.4. Regime de fiscalização prévia especial do Tribunal de Contas

Nos termos do artigo 17.ºA da Lei n.º 43/2024 de 2 de dezembro da alteração à Lei 30/2021 de 21 de maio, prevê-se que os contratos de valor superior a 950.000,00€ passem a ser



eficazes e produzir todos os seus efeitos, incluindo financeiros, antes da decisão do Tribunal de Contratos.

## **2 – Decisão de aprovação:**

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **autorizar e aprovar os termos da referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

A não contratação por lotes, de acordo com o supramencionado.

### **2.1. Peças do procedimento**

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

### **2.2. Parâmetros base**

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

1. O preço base do procedimento será de **€4.794.985,92** (quatro milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor\*\*, \*\* significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2. Prazo máximo de execução da empreitada: **540 dias**

### **2.3. Prazo para apresentação das propostas**

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **40 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*\*\*. \*\*



## 2.4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

### Membros efetivos:

Valéria Borges (Presidente)

Rita Gonçalves

António Torres

### Membros suplentes:

Carlos Rodrigues

Ana Martins

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

## 2.5. Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à **Eng.ª Paula Pereira**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

## 2.6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;



- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

## 2.7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o definido no ponto **2.2. (Critério de adjudicação)**.

Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.

## 2.8. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 97184 emitido em 23/07/2025.

## 3. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI\_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 23 de julho de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)



**Em anexo à presente proposta:**

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses \_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

**Em anexo nos documentos do processo:**

- Cabimento; Programa do Concurso; Caderno de encargos; Projeto de execução.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

**Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses**

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 22 de julho de 2025

